

Polícia aponta falhas de moderação que dão brecha para crimes virtuais

Relatório enviado ao MPSP mostra facilitação de crimes contra crianças e adolescentes

A Polícia Civil de São Paulo entregou ao Ministério Público um relatório técnico que identifica falhas de moderação em plataformas de comunicação digital e aponta brechas que têm permitido a prática de crimes contra crianças e adolescentes em ambientes virtuais. O documento foi elaborado pelo Núcleo de Observação e Análise Digital (NOAD), estrutura criada para monitorar e enfrentar a violência digital com foco na proteção de jovens.

Desde a sua criação, no fim de 2024, o NOAD atua para suprir lacunas de fiscalização que, segundo a corporação, deveriam ser responsabilidade dos próprios gestores das plataformas. A ausência de supervisão adequada tem exposto diariamente crianças e adolescentes a riscos graves, como violência sexual, exploração, automutilação e instigação ao suicídio, além do aliciamento para redes criminosas.

O relatório encaminhado ao Ministério Público detalha falhas recorrentes observadas durante o monitoramento, como a demora na exclusão de servidores mesmo quando crimes estão sendo cometidos ao vivo, dificuldades na interrupção imediata de condutas ilegais e obstáculos na identificação dos responsáveis. Também foram registradas situações em que conteúdos ilícitos permaneceram ativos por tempo



Procurador-geral de Justiça, Paulo Sérgio de Oliveira e Costa, recebeu o relatório técnico

suficiente para ampliar o número de vítimas. A partir da análise do material, o órgão poderá avaliar a adoção de medidas para reforçar a moderação e ampliar a responsabilização das plataformas.

O NOAD mantém monitoramento 24 horas por dia de ambientes digitais voltados ao público jovem. Atualmente, o núcleo acompanha mais de 1,2 mil alvos e, desde o início das atividades, já contribuiu para o resgate de 359 crianças e adolescentes de situações de risco iminente, com acionamento imediato de equi-

pes policiais.

Considerada iniciativa pioneira no país, a estrutura reúne policiais civis, militares e peritos especializados que atuam de forma integrada. O núcleo conta com "observadores digitais", agentes infiltrados em comunidades e grupos online em regime contínuo, responsáveis por identificar atividades criminosas, mapear redes, localizar vítimas e reunir provas para subsidiar investigações.

As informações coletadas são consolidadas em relatórios de

inteligência que embasam inquéritos policiais e podem fundamentar pedidos judiciais, como mandados de busca, prisões ou internações. Além da investigação repressiva, o NOAD atua preventivamente, acionando outras unidades policiais diante da iminência de crimes, com prioridade absoluta na proteção das vítimas.

Segundo a Secretaria da Segurança Pública, o trabalho do núcleo demonstra que o enfrentamento aos crimes digitais exige atuação técnica, permanente e in-

tegrada, além da corresponsabilidade das plataformas na moderação de conteúdos e na prevenção de ilícitos.

Operação prende piloto

Em outra frente de combate à exploração sexual de crianças e adolescentes, a Polícia Civil realizou operação que resultou na prisão de um piloto e na identificação de ao menos dez vítimas. As investigações apontam a existência de um esquema estruturado de exploração sexual infantil, com produção e compartilhamento de material ilícito.

A ação cumpriu mandados de prisão e de busca e apreensão, com coleta de dispositivos eletrônicos e outros materiais que passam por análise pericial. O inquérito apura crimes como estupro de vulnerável, favorecimento da prostituição infantil, produção e compartilhamento de pornografia infantojuvenil e aliciamento de menores.

De acordo com a Polícia Civil, o caso evidencia a gravidade das redes criminosas que atuam tanto presencialmente quanto em ambientes digitais, reforçando a necessidade de monitoramento contínuo, resposta rápida das autoridades e maior rigor na moderação de conteúdos online para impedir a expansão da violência contra crianças e adolescentes, com responsabilização efetiva dos envolvidos.

R\$ 6 milhões para obras em 8 cidades afetadas por chuvas

Divulgação/Governo do Estado de SP

O Governo de São Paulo vai investir cerca de R\$ 6 milhões em obras de recuperação e infraestrutura em oito municípios atingidos pelas chuvas. Os recursos serão liberados por meio de convênios assinados na terça-feira (10) pelo governador Tarcísio de Freitas e pelo chefe da Casa Militar e coordenador da Defesa Civil, coronel Rinaldo de Araújo Monteiro.

"As intervenções são fundamentais porque garantem mobilidade e proteção, especialmente após temporais que danificam estruturas essenciais para o deslocamento entre bairros e cidades", afirmou o governador.

Os recursos serão destinados a Alambari, Iguape, Maracá, Mariápolis, Mineiros do Tietê, Pedro de Toledo, Taubaté e Valparaíso. As ações incluem travessias em aduelas, construção de pontes



Governador Tarcísio recebeu representantes das 8 cidades

e contenções em gabião, conforme as demandas identificadas pela Defesa Civil em cada local.

Alambari receberá R\$ 896 mil; Iguape, R\$ 894 mil; Maracá, R\$ 417 mil; Mariápolis, R\$ 559 mil; Mineiros do Tietê, R\$ 430 mil; Pedro de Toledo, R\$

521 mil; Taubaté, R\$ 1,8 milhão; e Valparaíso, R\$ 463 mil.

As obras visam reduzir riscos, recuperar estruturas danificadas e reforçar a atuação conjunta entre Estado e municípios para garantir mais segurança e estabilidade às comunidades afetadas.

Isenção de IPVA beneficia 4,4 milhões

A isenção de Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) para motos de até 180 cilindradas proposta pelo Governo de São Paulo beneficia uma das frotas de veículos que mais cresceram nos últimos 10 anos no estado. De acordo com dados do Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo (Detran-SP), os modelos mais populares de até 180 cilindradas de motos registrados passaram de 3,3 milhões em 2015 para 4,4 milhões em 2025, alta de 33%.

Na última década, houve também aumento da frota considerando todos os tipos de veículos, além de motos e carros. A alta foi de 20% (22,3 milhões em 2005 para 27 milhões em 2025). Já o número de carros cresceu 9% no mesmo período (14 milhões em 2015 para 15,3 milhões em 2025).

Entre as motos, 4,4 milhões (77% do total) têm até 180 cilindradas. Para estar apta à isenção, a moto ainda precisa estar em situação regular de registro e licenciamento e ser de propriedade de pessoas físicas.

A isenção de IPVA foi proposta pelo Governo de São Paulo em projeto de lei, aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e sancionado em 24 de dezembro.

A mudança considerou o papel social e econômico das motocicletas no estado e foi planejada com base nas projeções fiscais, na atualização da Tabela Fipe para 2026, além de atender à Lei de Responsabilidade Fiscal.

Todas as informações sobre o IPVA 2026 estão disponíveis na página da Secretaria da Fazenda e Planejamento.